

COLEGIADOS REPUDIAM ATITUDE DESPÓTICA DO REITOR, VIOLÊNCIA DA PM E “INTERVENÇÃO DESASTRADA”

A brutalidade e o desrespeito praticados pela Reitoria e pela Polícia Militar no dia 7 de março, para garantir a votação dos “Parâmetros”, chocaram parcela expressiva da comunidade universitária. Colegiados e grupos de docentes reagiram à atitude do reitor. O Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, p. ex., traçou um paralelo com a gestão de J.G. Rodas, criticada por M.A. Zago: “Os mesmos métodos que permitiram que a gestão anterior agisse sem o menor controle da comunidade universitária são agora ratificados pela aprovação dessas medidas em nome da sustentabilidade”. Confira a seguir

Fotos: Daniel Garcia



Até a intervenção violenta da PM, a manifestação decorreu tranquilamente, com membros do Conselho Universitário e manifestantes misturando-se nos grupos formados na lateral da Reitoria, que permanecia fechada para todos

A Congregação da Escola de Comunicações e Artes (ECA), unidade vizinha ao prédio da Reitoria, foi um dos colegiados que expressaram indignação com a ação do pelotão de choque da Força Tática da PM e outras medidas repressivas acionadas pelo reitor.

“Dessa intervenção desastrosa resultou uma sucessão de danos à comunidade universitária e ao público que circulava pelo local na ocasião, particularmente numeroso por conta das atividades de acolhimento aos calouros da ECA, que se desenvolviam naquela semana. Assinalamos, como saldo dessa ação, acidentes com estudantes, funcionários e professores; a evacuação estabaneada de prédios; prejuízos

à recepção de ingressantes e também a alunos de intercâmbio; a disseminação do pânico entre um contingente expressivo de pessoas que não encontravam rota de fuga em razão das grades instaladas nos jardins que circundam a ECA; o total desamparo e desinformação que tomaram de assalto os pais dos calouros, entre outras ocorrências”, descreve o documento, originalmente elaborado pela Comissão de Pós-Graduação e depois endossado e subscrito pela Congregação da unidade.

A Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), a maior unidade da USP em número de alunos e de docentes, defendeu a legitimidade da manifestação de 7 de março, organizada pelas entidades representativas. “O protesto relacionava-se ao fato de que a proposta de Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP, a ser votada naquela ocasião, fora apresentada de última hora, às vésperas do Carnaval, sem tempo hábil para que houvesse uma discussão democrática por parte da comunidade universitária a respeito do assunto. Ficou claro que havia uma decisão da Reitoria de impor a todo custo um projeto não debatido pelo conjunto da USP”, diz a moção do colegiado contra as atitudes do reitor. “Cumpra assinalar que os referidos Parâmetros [...] terão forte impacto na estrutura e funcionamento da Universidade. Sua aprovação, portanto, revestia-se de particular gravidade. Deve-se ressaltar que, quando o documento foi apresentado, as aulas não haviam começado e a Congregação da FFLCH já havia se reunido, não havendo condições para estudarmos o assunto com a devida propriedade”.

O Conselho do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia (IP), por sua vez, repudiou também o modo pelo qual o reitor “conduziu a reunião do Co, constrangendo e impedindo a manifestação de conselheiros/as que questionavam realização da

Fotos: Daniel Garcia



Antes do ataque da PM, protesto pacífico prevaleceu tanto na lateral do prédio da Reitoria como em frente à entrada principal



reunião às custas de um estado de guerra”. Em 6 de março, véspera da sessão do Co, a Congregação do IP fora talvez a única a conseguir apreciar, em tempo hábil, os “Parâmetros”. Sua avaliação foi extremamente desfavorável ao documento: “Somos contrários à aprovação de proposta apresentada no documento ‘Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP’ na sua totalidade e em todos os itens que a compõem”.

O plano, observou a Congregação do IP, “cria uma situação insustentável que levará ao fechamento de diversos serviços importantes, além de um aprofundamento da precarização do trabalho em nossa Universidade para garantir seu pleno funcionamento, ao custo da sobrecarga à qual serão submetidos os servidores, em consequência dos últimos PIDVs”. Além disso, o aumento da terceirização e de meios correlatos de contratação não propicia a manutenção do funcionamento da USP com a qualidade e a excelência propaladas. “Tal precarização contribui para piores condições de trabalho. A diferenciação de contratos e direitos entre funcionários provoca ainda a alta rotatividade, a falta de lastro institucional, frágeis relações de trabalho, com consequências depreciações e instabilidades no trabalho realizado”.

“Precisamos lidar com a adversidade preservando ao máximo os princípios constantes no Código de Ética da USP, como o direito à pesquisa e à promoção dos direitos humanos e sociais, e levando sempre em conta as ricas diferenças entre unidades e áreas” (IP)

Ainda segundo a Congregação do IP: “A USP enfrenta dificuldades a partir de sua expansão sem devida estrutura para tanto, em um contexto de crise de financiamento”, bem como as demais universidades públicas estaduais paulistas. Os argumentos do texto desconstruem a linha de “gestão” vertical apoiada na repressão, adotada pela Reitoria: “Frente a tal situação, é necessário um esforço conjunto para pensarmos coletivamente o sentido para o qual devemos caminhar enquanto comunidade universitária. Precisamos lidar com a adversidade preservando ao máximo os princípios constantes no Código de Ética da Univer-

sidade de São Paulo, como o direito à pesquisa e a promoção dos direitos humanos e sociais, e levando sempre em conta as ricas diferenças entre as diversas unidades e áreas de conhecimento que compõem nossa universidade”.

A Congregação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU) foi outra que teceu duras críticas ao reitor. “Esse modo de gestão se revela na aplicação de um receituário de medidas apoiado no modelo de Estado mínimo, que poderá afastar a instituição cada vez mais de sua função social fundamentada na formação de profissionais, na produção de conhecimento e na extensão do conhecimento à sociedade. Os procedimentos vinculados a tal modelo exigem a subtração da interlocução com a comunidade universitária e a exclusão de qualquer possibilidade de diálogo com aqueles que possuem outra compreensão da Universidade e da sua gestão”, explica o documento do colegiado.

As justificativas do reitor, como a de “garantir que gestões tresloucadas, como a anterior, não solapem as verbas da universidade”, foram refutadas pela análise da Congregação do IAU. “Entretanto, os mesmos métodos que permitiram que a gestão anterior agisse sem o menor controle da comunidade universitária são agora ratificados pela aprovação dessas medidas em nome da sustentabilidade”. Por fim, o documento põe em xeque a imagem de defensor da democracia com que M.A. Zago tenta se disfarçar: “Os procedimentos democráticos não devem ser evocados apenas nos dias de festa. Eles precisam ser preservados especialmente nos momentos de incerteza e no duro e difícil debate sobre os rumos que a Universidade necessita tomar para superar a atual crise”.

A Rede Não Cala!, de professoras e pesquisadoras, que atua pelo fim da violência sexual e de gênero na USP, ressaltou o aspecto machista da repressão policial: “Uma funcionária ficou com um corte na cabeça, duas professoras foram alvo de violência verbal da polícia, várias mulheres ficaram com olhos e gargantas afetados pelas bombas de gás lacrimogênio e uma funcionária foi cercada por vários policiais e agredida fisicamente”.

Reunidos em Assembleia Extraordinária da Adusp dois dias depois, os docentes declararam que o reitor é “indigno do cargo que exerce” e que ele e seus “coniventes, omissos ou submissos vice-reitor e pró-reitores” são “inimigos da universidade pública”.

(R.N.)